

VARIAÇÃO HISTÓRICA NOS USOS DOS MECANISMOS DE INDETERMINAÇÃO

Carmen Maria FAGGION (UCS)

RESUMO: A língua portuguesa, como outras, dispõe de recursos sintáticos e construções formulaicas para designar agente de indeterminação (e. g. disseram, falaram, sabe-se), além de expressões lexicais em processo de gramaticalização. A análise de textos de três diferentes momentos da história do português (Idade Média, século XVI e século XVII) permite verificar diferentes frequências de uso das variáveis, em diferentes gêneros textuais, com resultados que atestam não só a flexibilidade dos recursos expressivos da língua, mas também a presença sempre certa da mudança.

ABSTRACT: Portuguese, as other languages, has syntactic mechanisms and formulaic expressions to indicate indetermined agent (e. g. disseram, falaram, sabe-se), as well as lexical items under grammaticalization. The analysis of texts of three different moments of the History of Portuguese (Medieval Period, 16th century and 17th century) reveals different frequencies of the use of variants, in different text types. Results confirm the flexibility of expressive resources and point out the presence of change.

1. Introdução

Os objetivos deste trabalho são delinear características das frases nominais indeterminadas e identificar as que estão presentes na Demanda do Santo Graal, especialmente a forma *home*, ou *homem*, e identificar a presença de outras formas no português renascentista, por enquanto restrito à obra *Os Lusíadas*, e no português brasileiro do período correspondente ao ciclo histórico da *cana-de-açúcar*, em que o Brasil era colônia de Portugal e em que os autores eram portugueses e/ou tinham formação portuguesa, como Antônio Vieira.

Quanto à metodologia, após a leitura do primeiro volume de *A Demanda do Santo Graal*, na versão fac-similar de Magne (1955), primeira parte, e de *Os Lusíadas*, na íntegra, bem como de cinco sermões de Vieira, procederemos à identificação de todas as manifestações de frase nominal indeterminada, na função de sujeito ou de agente da passiva (*home*, *a gente*, verbo na terceira pessoa do plural, verbo no infinitivo, pronome pessoal não-dêitico, *se*, etc.).

Duas áreas principais de investigação conduzirão a pesquisa: a morfossintática, que permitirá identificar a configuração da frase nominal e processos de gramaticalização em curso, e a da lingüística histórica, verificando a presença da mudança.

Através desses procedimentos, poderemos efetivar a análise, descrição e interpretação de alguns usos de indeterminação no português do século XIII, no século XVI e no século XVII, com base em registros escritos. Esta é a primeira parte de um projeto muito mais amplo, que intenta pesquisar outros tipos de textos das épocas mencionadas, e também alcançar nossos dias. Inicialmente, definiremos um conceito operacional, o de agente indeterminado, a seguir analisaremos os resultados da investigação em cada um dos textos, para chegar a um resultado geral e considerações.

2. O agente indeterminado

Reunindo e resumindo o que dizem vários autores, veremos que o Sujeito Indeterminado, conceito vigente na chamada Gramática Tradicional e em outras tendências, caracteriza-se, morfossintaticamente, pelas seguintes configurações.

1) Pela terceira pessoa do singular de um verbo com sujeito nulo, com a partícula *se* (*compare-se Diz-se que o leite vai faltar com On dit que le lait va manquer*, exemplo de Mateus et alii, 1983, p. 225). Observe-se que Mateus et alii utilizam um exemplo da chamada passiva sintética, enquanto outros gramáticos deixam nesta

configuração apenas os casos do chamado *se* indeterminador, que só ocorre com verbos transitivos indiretos e intransitivos. Tal marca da indeterminação, com verbos transitivos indiretos e intransitivos, (e. g. *Precisa-se de digitadores*) aparece também em Cunha e Cintra (1985, p. 125), em Bechara (1996, p. 200), em Rocha Lima (1992, p. 236) e Cegalla (1998, p. 297), além de Vilela e Koch (2001, p. 368). Câmara (1978, p. 229) também o enuncia. Lembre-se mais uma vez que, na tradição gramatical, construções como *Aluga-se casa* ou *Diz-se tal coisa* são passivas. A esse respeito, vários autores manifestam que, à consciência do falante, o *se* manifesta indeterminação e como tal é usado, havendo há muito desaparecido, na variedade não-padrão, a concordância preconizada pela tradição gramatical (cf., entre muitos outros, BAGNO, 2000; SCHERRE, 2005). Sobre o *se*, há muitos trabalhos de grande relevância (IKEDA, 1980; JAIRO NUNES, 1991; MENON, 1994, e muitos outros).

2) Pela terceira pessoa do plural de um verbo com sujeito nulo (compare-se *Dizem que o leite vai faltar* com *They say there will be a lack of milk*, também exemplo de Mateus et alii, 1983, p. 225). Esta marca também aparece em todos os autores citados acima, e também em Luft (1979, p. 25). Esta característica serve para verbos transitivos e intransitivos.

3) Por verbos no infinitivo (como em *Era penoso carregar aquele fardo enorme*, exemplo de Cegalla (1998, p. 297). Luft (1979, p. 25) também apresenta este processo de indeterminação.

4) Modernamente, por expressões gramaticalizadas ou em curso de gramaticalização observáveis na fala cotidiana, como o *cara*, o *nego*, que ainda requerem criteriosa averiguação. Menon (1994, p. 207-208) reúne várias formas nominais, formadas por artigo e substantivo, de sentido coletivo ou generalizante (cf. p. 206), que são o *camarada*, o *indivíduo*, a *pessoa*, o *peçoal*, o *sujeito*, o *cidadão*, a *turma*, que para a autora não sofreram o processo de gramaticalização apresentado por a *gente*, hoje em dia (MENON, 1994, p. 207). Na Idade Média, havia o emprego do termo gramaticalizado *homem*, ou *home*, ou *ome*, como marca de indeterminação, emprego noticiado por Câmara (1978, p. 229), Ali (2001[1921], p. 92), Silveira (1983[1921-23], p. 182), Teyssier (1997, p. 82-83), José Joaquim Nunes (1975[1906], p. 266-7), Haury (1989, p. 80) e Menon (1994, p. 98), Mattos e Silva (1989, 2004, 2006), Oliveira (2004), entre outros.

5) Por expressões de característica bem generalizante, do tipo a *gente*, no século XVI, tal como registram Omena (1087, 1996), Lopes (2003), Zilles (2002, 2005) e como o menciona Menon (1994).

6) Pelo uso não-dêitico de pronomes pessoais, analisado por Grundy (1999, p. 19 s.), tema também de um trabalho de Palmiere (1996), fenômeno também mencionado por Ikeda (1980) e por Menon (1994).

A esses, faço, para fins de análise, os seguintes acréscimos, que se justificam por ser objeto deste trabalho o *Agente Indeterminado*, aqui entendido no sentido mais geral de “frase nominal que designa o ator que desempenha alguma ação” (MATTHEWS, 1997, p. 11), e não o sujeito. Portanto, o *Agente Indeterminado* também é marcado pelas características seguintes.

7) Pela ausência de *Agente da Passiva*, em frases do tipo *O evento foi divulgado*. Conforme Oliveira (2004), há baixa incidência de agente da passiva nas orações passivas do corpus do português brasileiro que ela analisou. Essa é uma forma de indeterminação. Na voz ativa, a passiva sem agente terá sujeito indeterminado marcado por verbo na terceira pessoa do plural.

8) Pela *Passiva Sintética*, em frases do tipo *Vende-se terreno*, em que não há *Agente*. Embora não se ignore a moderna tendência de considerar a passiva com *se* como uma forma de indeterminação (posição expressa ou implícita nas exposições de autores como Ikeda, 1980; Jairo Nunes, 1991; Bagno, 2000; Scherre, 2005; Santos, 2006, entre outros), o fato de o *se* apassivador haver precedido o *se* indeterminador, na história do português (NARO, 1976, p. 788, apud Jairo Nunes, 1991, p. 35), autoriza-nos a manter a forma, visto que aparece nitidamente configurada, com concordância e tudo, nos textos das épocas analisadas.

Outros elementos podem indicar indeterminação, mas não serão objeto de investigação neste momento. É o caso dos pronomes indefinidos, de que a língua tem repertório que parece satisfazer a várias formas de indeterminação (algum, nenhum, cada, todo, vários, qualquer, etc.). É o caso também de itens lexicais de referente amplo. É o caso, ainda, de frases com a ausência do se, como Não (se) usa mais isso, que ainda não aparecem nos corpora dos períodos pesquisados. Este trabalho atém-se a outras formas de indeterminação presentes na língua, marcadas, ao que tudo indica, pela criação de outros pronomes indefinidos (por processo de gramaticalização) e por estruturas sintáticas específicas.

3. Idade Média – A Demanda do Santo Graal

Megale (2001) apresenta uma completa e profunda análise lingüística do texto português da Demanda do Santo Graal. Tradução de um original francês, obra provável de algum monge ou clérigo, a Demanda, informamos Megale (2001, p. 56-57) é o códice de número 2594 da Biblioteca Nacional de Viena, constando de 199 fólhos escritos em letra gótica bastarda, em duas colunas, na frente e no verso. O manuscrito data do século XV. Elia (1991, p. 10) afirma que se trata de cópia única de um texto anterior do século XIII. O texto – é ainda Megale (2001, p. 56) que nos diz - apresenta quatro lacunas. O fato de ser cópia justifica as variações lingüísticas do códice: nele, formas já antigas no século XV convivem com formas avançadas para a época de sua elaboração, o que o torna, segundo Megale (2001, p. 162) um “repositório de um verdadeiro tesouro lingüístico do período medieval da história da língua portuguesa”.

A essa superposição de formas lingüísticas também faz alusão Irene Nunes (1999, p. 92), que chama nossa atenção para o fato de que sucessivas remodelações concorreram para que o texto apresente incongruências no desenrolar da narrativa, que aliás apontam para seu caráter cíclico.

Analisamos o Volume I da Reprodução fac-similar e transcrição crítica do códice 2594 da Biblioteca Nacional de Viena, organizado por Augusto Magne, S. J. e publicado pelo MEC/INL em 1955. A obra tem um total de quatrocentas e uma páginas, divididas entre a cópia fac-similar do manuscrito original, em duas colunas por página de número par, e sua transcrição em fontes atuais ao lado, nas páginas ímpares.

Megale (2001, p. 133) também faz menção ao emprego indefinido da palavra homem, “que em outras ocorrências é o próprio substantivo masculino singular”, uma observação também reportada por Silva Dias (1970, p. 94).

Mattos e Silva (1989, p. 26) anota setenta e cinco ocorrências da forma homem, gramaticalizada, como indicador de indeterminação do sujeito, no corpus que analisa, Os Diálogos de São Gregório, versão trecentista (cf. Mattos e Silva, 1989, p. 231). A autora, com base nessa obra mencionada, que é, portanto, contemporânea do texto que analisamos, indica três estruturas com sujeito genérico, não-especificado. Uma delas é a expressão realizada com verbo em terceira pessoa do plural, forma mais freqüente no corpus que ela investigou (Mattos e Silva, 1989, p. 515).

A segunda realização é a expressa por homem, gramaticalizado, “desprovido de seus semas característicos enquanto vocábulo lexical, funcionando como um pronome genérico” (Mattos e Silva, 1989, p. 517). A autora retoma Dias e Said Ali, confirmando que o pronome veio a desaparecer no decorrer da história da língua, em proveito do pronome se (p. 518), e observa o uso alternado, no mesmo excerto, da forma não-determinada homem com a passiva pronominal, em sua essência desprovida de agente e, portanto, equivalente no que se refere à indeterminação da função agentiva. Mattos e Silva (idem, p. 519) declara que, em seu exame, há ao menos vinte casos em que o objeto está no plural e o verbo sempre com ele concorda. A construção com se e verbo intransitivo, que não configura passiva, é posterior: só aparece no século XVI.

A terceira realização mencionada por Mattos e Silva (idem, p. 521) é a da passiva analítica, sem agente explícito, considerada pela autora uma forma da expressão do sujeito indeterminado no corpus, posição com a qual estamos inteiramente de acordo.

Ainda cabe mencionar outros filólogos que analisaram a presença de homem, no português arcaico, como sujeito indeterminado.

Ali (2001 [1921], p. 92), antecipando em muitas décadas os estudos de gramaticalização, declara que homem e a gente “são nomes que assumem caráter pronominal quando usados, não já na acepção própria, mas

para designar agente vago e indeterminado” (ALI, 2001, p. 92). O autor afirma que homem deixou vestígios até o século XVI (Ali, 2001, p. 92).

Silveira (1983 [1921-23], p. 182) declara que homem “usou-se como indefinido, e como tal um ou outro escritor moderno ainda o emprega, posto não pertença, nesta função, à linguagem corrente” (SILVEIRA 1983, p. 182). E acrescenta: “Mas um homem, assim como a gente e uma pessoa, são elementos da linguagem viva”.

Barreto (1982 [1916], p. 91) cita um exemplo de forma reflexa empregada como passiva, vindo expresso o “complemento de causa eficiente” (isto é, o agente da passiva): “Era este Catual um dos que estavam / Corrutos pela maometana gente / O principal, por quem se governavam / As cidades do Samorim potente.” (Estrofe 81 do Canto VIII de Os Lusíadas, de Camões). Barreto assinala que, no português moderno, a conjugação reflexa (na terceira pessoa) serve de voz passiva, mas só quando não se nomeia o agente.

Tal posição fornece evidências de que, em algum momento do uso da passiva sintética, houve possibilidade de se inserir um agente. De fato, há várias ocorrências na obra de Camões.

Teyssier (1997, p. 82-83) mostra que o emprego do homem, com o sentido do on francês, desapareceu por volta do século XVI. Nisso, está de acordo com Ali.

José Joaquim Nunes (1975 [1906], p. 266-267) fala dos nomes usados com valor de indefinidos, entre os quais elenca homem ou ome. Fala também que “a antiga língua, seguindo uma prática já existente no latim vulgar, usava também empregar o substantivo pessoa; hoje persiste ainda o mesmo uso, com a diferença apenas, que ascende já ao século XVI, de fazer preceder esta palavra do numeral feminino uma.” (Nunes, 1975: 267). Confirmando o que outros dizem, Nunes tem, no entanto, o registro de que o vocábulo gente tem valor coletivo, sendo empregado nos casos em que a língua “cult”, no dizer do autor (aspas minhas), usa nós.

Também se encontra no período arcaico o uso da expressão um homem, ou o homem, com sentido lexical corrente. É possível ainda, dentro de uma perspectiva histórica, seguir o esquema proposto pela teoria da gramaticalização (cf. Castilho, 1997 a e 1997 b; Hopper e Traugott, 1993; Heine, 1994), comparando a mudança de classe que a palavra homem sofreu na época do português arcaico com a mudança que o termo a gente sofre nos dias de hoje. No caso de a gente e sua constituição de pronome para designação de primeira pessoa do plural, há os trabalhos de Lopes (1982, 2003), Menon (1994), Omena (1996), Zilles (1998 e 2005).

Após a leitura do primeiro volume da Demanda, computaram-se os seguintes números:

- Sujeito indeterminado indicado por verbo na terceira pessoa do plural: trinta ocorrências (o maior número). Essas formas têm uso exatamente igual ao que teriam em registros escritos (e também orais) contemporâneos Exemplo: E entam o levarom fora a mui gram trabalho (p. 11). Também Mattos e Silva (1989, p. 515) assinalou a frequência significativamente maior desta marca de indeterminação nos textos que analisou.

- Homem, gramaticalizado, indicando indeterminação: vinte e oito ocorrências. Exemplo: nom podia homem achar no regno de Logres donzel tam fremoso nem tam bem feito (p. 7)

- Indeterminação marcada pela passiva analítica sem agente: vinte e oito ocorrências. Exemplo: logo todalas mesas eram compridas de tal manjar (p. 31)

- Indeterminação com passiva sintética ou pronominal: uma só ocorrência: Entam se lhe sconderá o Santo Graal (p. 221). Único caso em todo o volume, esta frase parece confirmar a pouca frequência desta passiva em textos arcaicos, pois, conforme já observou Oliveira (2004, p. 168) em sua análise de vozes verbais, num texto do século XIII, em nove ocorrências de passiva somente uma foi pronominal. Esta proporção, no estudo de Oliveira (2004, p. 169), aumenta no texto por ela analisado do século XIV (cinco em onze).

- Indeterminação pelo uso do verbo no infinitivo: cinco ocorrências. Exemplo: e feze-os desarmar (p. 97). Nessa frase não se pode dizer com certeza se desarmar é uma ação de alguém indeterminado (não parece estranha a hipótese de que os escudeiros desarmem os cavaleiros) ou se o rei fez os próprios cavaleiros tirarem suas armas.

Quanto ao sujeito indeterminado homem e suas variantes (homen, home, ome), seria tentador compará-lo aos seus correlatos do francês (on) e do alemão (man); ou até se poderia tentar uma analogia com o espanhol uno, não obstante a diferente etimologia; ou ainda com as formas contemporâneas o cara, o nego, neguinho, tantas vezes observáveis na língua oral.

No entanto, uma observação mais cuidadosa permite assinalar que são diferentes os contextos sintáticos em que o homem do português arcaico aparece. Enquanto *on* e *man* podem aparecer em sentenças simples e orações principais, e. g. *On ne sait jamais, on chante quand on a envie de chanter* e *Man spricht Deutsch*, isso não acontece com *homem*.

Em dezessete das sentenças, o termo aparece em orações subordinadas, sendo nove delas negativas: que nunca homem viu (p. 75), que por força vos homem mate (p. 57), etc. Observe-se que na oração nunca vi homem tal coita levar em sonhos (p. 297), a subordinação não é marcada por termo coesivo, mas pelo verbo no infinitivo, o que a caracteriza como oração subordinada.

Em doze das orações, ocorre a palavra *homem* entre o verbo auxiliar e o verbo principal, sendo seis delas negativas, com a estrutura seguinte: *nom* podia *homem* achar (p. 7), e por esto deve *homem* ensinar (p. 79), e pela carta outrossi poderia *homem* saber (p. 311). Três das sentenças pertencem aos dois grupos simultaneamente, apresentando auxiliar e sendo subordinadas: *assi* que podera *homem* i veer (p. 3), *ca* *nom* pode *homem* mais fazer (p. 99), que adur poderia *homem* melhor achar (p. 175).

Temos até agora quatorze sentenças negativas (seriam quinze, mas a da página 99 aparece nos dois grupos), e é inevitável ponderar que a negação poderia vir a ser contingência a ser levada em conta na análise do termo. Isso se confirma na sentença e nunca homem alá foi (p. 203) e na sentença Viu nunca homem tanta maa-ventura?(p. 109). Nesta última, o verbo preposto parece ocorrer por ser ela também sentença interrogativa.

Portanto, no corpus total de vinte e oito sentenças do primeiro volume da Demanda, o termo gramaticalizado *homem* não ocorre em posição inicial. Ocorre em grande parte em orações subordinadas, e/ou inserido entre o auxiliar e o verbo principal da oração ou entre a negativa e o auxiliar.

Os exemplos apresentados por Silva Dias (1970, p. 94), referentes a outros corpora, encaixam-se todos nos esquemas acima. O mesmo ocorre com os exemplos apontados por Mattos e Silva (1989, p. 231). Os autores, entretanto, não definem a caracterização sintática do termo.

Em Mattos e Silva (2001, p. 87) encontramos um exemplo coletado que encontra analogia com duas frases da Demanda. De fato, em duas das sentenças em que há um pronome átono, a palavra *homem* aparece depois dele. São as sentenças da p. 57, que te *homem* não pediu e da p. 257, e todo o verão as poderá *homem* achar. O exemplo de Mattos e Silva (2001, p. 87) é o que segue: E portanto as *homem* cree por mais verdadeiras quando el foi mais presente.

Como os nexos coesivos que aparecem nesta sentença são coordenativos, o pronome átono poderia tomar a posição à esquerda que a palavra *homem* não pode assumir.

Isso parece confirmar nossa afirmação de que a palavra *homem* tem, no português arcaico, função de indeterminação não só por seu emprego em si, mas por seu emprego numa determinada posição sintática: ela deve aparecer em estrutura subordinativa, e/ou negativa, e/ou em meio a uma frase verbal, após o auxiliar, e/ou depois do pronome átono.

Acrescente-se que, como os exemplos de Silva Dias (1970), os de Mattos e Silva (1989, 2001) não são da Demanda.

Um esquema geral, abrangendo todas as possibilidades, poderia ter a seguinte configuração:

Esquema sintático do uso medieval de *homem* como sujeito indeterminado

α_1 ([SUB])	α_2 (Neg)	α_3 ([Pro])	α_4 ([AUX])	<i>homem</i>	VERBO,
sendo ao menos um α obrigatório					

Levando em conta o corpus analisado, e os outros exemplos reportados, podemos afirmar que, diferentemente do que ocorre com outras línguas, a palavra *homem* do português arcaico, utilizada para indicar indeterminação, está vinculada a uma construção sintática e, mais que isso, dependente dela para assumir essa caracterização.

Fica claro que a língua dispunha, já àquela época, de vocábulos, pertencentes à gramática, que indicassem indefinição: pronomes indefinidos, pronomes interrogativos e o relativo quantos, além do demonstrativo tal e

suas flexões, com largo uso. Além disso, há o arcaísmo al ('outra coisa'). Observa-se que as estruturas sintáticas postuladas acima para homem também se aplicam a esses pronomes: um termo como alguém não aparece em posição inicial. Os exemplos de alguém apontados por Mattos e Silva (1989, p. 192) manifestam as mesmas tendências sintáticas. No entanto, seus exemplos com nenhum, algum, cada um e flexões apresentam ocorrências em início de frase.

Para distinguir o homem, pronome indefinido, da ocorrência normal do vocábulo homem, indicando pessoa humana do sexo masculino ou simplesmente pessoa humana, faço um teste muito simples: substituo, numa frase, a palavra homem por se, como em ca nunca homem viu, facilmente substituível por nunca se viu. Já em nom acharia homem nem molher que lhe bem fizesse (Demanda, p. 329), essa substituição não mais seria possível.

Em alguns casos da Demanda, a indeterminação não foi dada pelo termo homem, mas pelo termo cavaleiro. Usada no mesmo sentido geral, desprovida de adjuntos, a palavra cavaleiro parece assumir a mesma posição do arcaísmo homem.

- nom é costume do reino de Logres que se cavaleiro trabalhe de tal cousa (265)

- e fazendo a mais estranha coita que nunca cavaleiro fez (303)

- a maior door que nunca cavaleiro houve (303)

- ca me nom semelha que cavaleiro poderia seer adereito, que de tal cousa ouvisse falar e se nom trabalhasse de a ver (311)

- e se me cavaleiro derruba por força de lança (319)

Semanticamente, a palavra cavaleiro assume, nos exemplos acima, um sentido bem geral, indeterminado. Sintaticamente, atende a todas as restrições que apontamos para o uso de homem enquanto indicador de indeterminação. Estamos diante de uma subdivisão de indeterminação? À primeira vista, sim; não parece descabida, na cultura medieval, a delimitação de cavaleiro no universo de homem. Mas, é claro, o pequeno número de exemplos aqui encontrados e a falta de comparação com outros textos da época (com homem foi possível apontar outras ocorrências mencionadas por estudiosos) não permitem chegar a uma conclusão. Mas a sugestão vale.

A distinção sintática é, pois, o critério que nos permite distinguir o uso de homem como forma gramaticalizada de indeterminação, semelhante a se e à estruturação da frase com verbo na terceira pessoa do plural, ou à ausência de termo na frase passiva. Trata-se de um fenômeno inerente à construção da frase em si, e que diz respeito unicamente a mecanismos gramaticais.

4. A frase nominal indeterminada em “Os Lusíadas”

O gênio de Camões foi sensível às mudanças que se processavam na língua no século XVI e registrou-as em *Os Lusíadas*, uma das obras-primas da literatura em língua portuguesa e universal.

A questão do agente indeterminado torna-se um elemento a mais a assinalar as diferenças entre o português arcaico e o moderno. Só encontro uma menção da palavra homem, em *Os Lusíadas*, em estrutura sintática fixa, marcando indeterminação, numa construção, aliás, negativa: Ou por segredos que homem não conhece (Canto Terceiro, verso 548). Observe-se no entanto que, na escrita medieval, a palavra apareceria depois da negação.

Os marcadores de indeterminação, em *Os Lusíadas*, são o uso do verbo na terceira pessoa da plural, sem sujeito mencionado, o uso da passiva analítica sem agente, o uso da passiva sintética e o uso do verbo no infinitivo, estruturas em tudo semelhantes às que estão em uso no século XXI. Quanto a palavras gerais, tem largo emprego a expressão a gente, e também as gentes, indicando indeterminação, como aliás observaram Lopes (2003), Omena (1987), Zilles (1998), Menon (1994) e Zilles (2005). Para referência à obra, colocarei o número do Canto seguido da inicial C (1C, por exemplo, indica o Canto Primeiro) e, a seguir, o número do verso (1C75 localiza o verso: Primeiro Canto, verso 75).

Uso da passiva analítica sem agente: trinta e seis ocorrências. Exemplos: Que não é prêmio vil ser conhecido (1C75), Cujá alta lei não pode ser quebrada (1C218), Teme agora que seja sepultado / Seu tão célebre nome em negro vaso (1C253-254). Usada também no português medieval e no contemporâneo, a passiva sem agente tem uso certo e constante, ao que tudo indica, em todos os momentos da história da língua.

Uso da passiva sintética sem agente: oitenta ocorrências. Exemplos: Que se espalhe e se cante no universo (1C39); Tomam velas, amaina-se a verga alta (1C383); Ali se mostrará seu preço e sorte (2C295); Faça-se como Baco determina (2C311).

Há sentenças ambíguas como Chamam-te fama e glória soberana, / Nomes com quem se o povo néscio engana (4C667-668): pode ser que o povo engane a si mesmo, ou pode ser que seja por alguém enganado. Uma das possibilidades de análise é passiva sintética, por isso essas sentenças fizeram parte do cômputo.

Não é exclusividade do grande épico esse uso intenso da passiva sintética. Um texto contemporâneo a ele, o Tratado da Província do Brasil, de Pêro de Magalhães de Gândavo, também faz uso pronunciado dessa passiva como forma de indeterminação: cinquenta e duas frases, enquanto, no mesmo texto, há trinta e seis ocorrências de indeterminação com verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito expresso (GÂNDAVO, 1965).

Voltando ao texto camoniano, é preciso levar em conta que nem sempre essa estrutura marca indeterminação. Não são poucas as incidências de passiva sintética com agente da passiva, em todo o corpo de Os Lusíadas, como já observara Barreto (1982 [1916], p. 91). Vejamos alguns exemplos: Hei de sofrer que o fado favoreça / Outrem, por quem meu nome se escureça? (1C591-2); Enche-se toda a praia melindana / Da gente que vem ver a leda armada (2C585-586); Aqui se escreverão novas histórias / Por gentes estrangeiras que virão (7C437-438). Há um total de nove ocorrências. Podemos inferir que a passiva sintética era largamente usada, e ainda permitia o agente da passiva.

Também ocorre a indeterminação marcada por verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito expresso: há dezoito ocorrências. Exemplos: Tomam velas, amaina-se a verga alta (1C383), Mandam fora um dos mouros que tomaram / Por quem sua vinda ao rei manifestaram (2C591-592), Respondem-lhes da terra juntamente (2C721)

Nem todas as realizações acima remetem a um elemento totalmente indeterminado. Muitas das ações dizem respeito aos navegantes, ficando, portanto, circunscrito o universo da indeterminação. Mas não se nomeia quem realizou a ação, nem se indica o possível agente. Permanece, portanto, o indeterminado.

Indeterminação marcada por verbo no infinitivo: dezoito ocorrências. Exemplos: Ouvi: que não vereis com vãs façanhas, / Fantásticas, fingidas, mentirosas, / Louvar os vossos (...) (1C81-83); Que é fraqueza entre ovelhas ser lião (1C544); Lhe manda rogar muito que saíssem (2C599); Se de humano é matar ua donzela (3C1010); Mando mostrar-lhe peças mais somenos (5C225). São sempre orações substantivas reduzidas, subjetivas ou objetivas diretas (ou orações CP). Complementam o sentido de predicados (como é fraqueza, melhor é, impossível parecia) ou complementam verbos como ver, ouvir, mandar, isto é, verbos que não apresentarão sujeitos correferenciais em suas orações subordinadas. (Os verbos que admitem tal construção são também sublinhados por Menon, 1994, p. 252, que analisa também a forma diz que à p. 256.)

Há também a construção com se indeterminador: aparecem ao menos duas ocorrências em Os Lusíadas: Estava-se co as ondas ondeando (5C157); Não tornes por detrás, pois é fraqueza / Desistir-se da cousa começada (1C315-316).

Vê-se que a estrutura passiva com se passou a indicar indeterminação, e ao que tudo indica seu uso depois se estendeu a outros verbos. Jairo Nunes (1991, p. 33) menciona um estudo de Naro e analisa o percurso diacrônico das construções com se apassivador e com se indeterminador, no português brasileiro. Partindo da hipótese de que as construções com se indeterminador (e. g. Aluga-se casas) são inovadoras, o autor estabelece que o percurso documentado em textos permite afirmar que o português brasileiro prefere a construção inovadora. Para Jairo Nunes (p. 37), o surgimento de se indeterminador foi provocado em função de uma reanálise (o argumento externo do verbo passa a interno, ou o clítico absorve o papel temático do argumento, ou a categoria vazia da posição de sujeito recorre à indeterminação de se). Qual das hipóteses configura reanálise é irrelevante para o autor, que as considera diferentes visões do mesmo fenômeno.

O autor (JAIRO NUNES, 1991) faz criteriosa classificação de textos, alinhando-os em ordem crescente, por século, e chega à conclusão de que o português brasileiro dá preferência à concordância com se indeterminador, em detrimento da concordância com se apassivador.

A expressão generalizante a gente tem muito emprego, com maior ou menor indeterminação. Pode-se às vezes circunscrever o universo de indeterminação da expressão, visto que a gente, quando se refere à frota, remete aos navegantes lusos. Com frequência a expressão aparece adjetivada, permitindo precisão maior de

sentido. Exemplos: A gente vem perdida e trabalhada (1C222) – [são os lusíadas]; Se lá passar a lusitana gente (1C240); Ua gente fortíssima de Espanha (1C242)

Passo a transcrever a seguir alguns dos numerosos exemplos em que a gente tem um referente bem mais amplo, podendo referir a humanidade inteira, ou ‘toda e qualquer pessoa’. Nessa acepção, há dezenove ocorrências de a gente.

- A gente se alvoroça e, de alegria, / Não sabe mais que olhar a causa dela (1C357-358)
- Porque, saindo a gente descuidada, / Cairão facilmente na cilada (1C639-640)
- A luz celeste às gentes encobrando (2C4)
- A ferro e a fogo as gente vão matando (2C635) – OD indeterminado
- Mas já o céu inquieto revolvendo / As gentes incitava a seu trabalho (2C729-730)
- Que, em casos tão estranhos, claramente, / Mais pelega o favor de Deus que a gente (3C655-656)

Em muitas instâncias de a gente com sentido indeterminado, circunscrito ou não, existe a silepse de número, ou concordância ideológica com o substantivo que é singular mas é de sentido coletivo. É o que se vê, por exemplo, em (...) tocam a arma, ferve a gente, / As lanças e arcos tomam, tubas soam (3C382-383).

Coexistem aí duas formas de indeterminação, a gente e terceira pessoa do plural, como a assinalar que as duas maneiras se inter-relacionam, na mente dos que empregam as duas estruturas.

Há uma construção que antecipa o uso que fazemos de a gente atualmente, no Brasil. Veja-se a transcrição dos versos 5C201-204: Desembarcamos logo na espaçosa / Praia por onde a gente se espalhou, / De ver cousas estranhas desejosa, / Da terra que outro povo não pisou. Verifica-se aí que a gente é uma subdivisão do universo de ‘nós’, o sujeito de desembarcamos.

Em todo o texto camoniano também ocorrem abundantes exemplos de indeterminação através de pronomes indefinidos e demonstrativos desprovidos de conteúdo dêitico explícito, como E outros em quem poder não teve a morte (1C112); De quantos bebem a água de Parnaso (1C252); O bem que outrem merece e o céu deseja (1C312). Ou seja, neste outro momento da história da língua portuguesa, não faltam elementos gramaticais específicos que indiquem indeterminação. Persiste, no entanto, o uso de construções sintáticas com significado de indeterminação. É uma tendência forte da língua. Tão forte quanto a das expressões lexicais de uso generalizante que apontam para uma gramaticalização.

5. O agente indeterminado em Vieira

Para representar o século XVII, foi escolhida a vibrante prosa de Vieira. Seus caminhos cruzaram muitas partes do mundo, e estiveram em Portugal, sua pátria, e no Brasil, sua outra terra. Posto que no Brasil se falasse a língua geral mais que a portuguesa (BESSA FREIRE, 2004; ZILLES, 2006), o português empregado por Vieira reflete sem dúvida a língua padrão de sua época, nos dois lados do Atlântico.

O grande pregador utiliza todos os elementos apontados para indicar indeterminação. Para maior comodidade, na indicação dos exemplos, indicaremos a página do livro *Escritos Históricos e Políticos* (VIEIRA, 2002), com estabelecimento do texto anotações e prefácio de Alcyr Pécora. Logo após a página, serão indicados os sermões de que fazem parte os exemplos, por suas iniciais: AS indica o Sermão de Santo Antônio, SR o Sermão de São Roque, DA o Sermão da Primeira Domingo do Advento e BL o Sermão do Bom Ladrão.

A estrutura com verbo na terceira pessoa do plural é bastante empregada por Vieira. Há uma ressalva a fazer, no entanto. No Sermão do Bom Ladrão, parágrafos inteiros mantêm a terceira pessoa do plural, sem sujeito exposto, indicando indeterminação, embora estejam claramente definidos os agentes das ações hipotéticas: são os governadores nomeados das províncias. Vou manter as frases em que isso ocorre, o que vai aumentar sensivelmente a contagem de exemplos pertencentes a esta estrutura. São sessenta e duas ocorrências, em quatro sermões. Exemplos: corre grande obrigação à nobreza de Portugal de concorrerem com muita liberalidade para os subsídios e contribuições do reino (p. 24, SA); Na vida não lhe bastou vir de Roma para o aceitarem (p. 53-54, SR); na morte não teve necessidade de Roma para o canonizarem (p. 54, SR); cujo ouro tomou el-rei Davi, e mandou que lhe fundissem dele (p. 55, SR); e lhe lavrassem uma coroa (p. 55, SR).

Tal como ocorria em *Os Lusíadas*, nos exemplos também se observa a presença da silepse de número: é o caso da frase da página 24, AS: corre grande obrigação à nobreza de Portugal de concorrerem com muita liberalidade para os subsídios e contribuições do reino.

São quarenta e cinco as ocorrências com sujeito indeterminado que chamarei de decifrável, as que aparecem no Sermão do Bom Ladrão. Trata-se da longa seqüência que vai desde a primeira frase da página 109, Conjugam por todos os modos o verbo rapio até a frase da página 111, BL, Pois, se eles furtam com os ofícios. Observe-se que a frase seguinte, da página 111, BL, já tem outro sujeito indeterminado: e os consentem, pois quem consente que roubem é a autoridade que está acima deles, e esse outro sujeito indeterminado fica confirmado na frase seguinte, e os conservam no mesmo ofício (p. 111-112, BL), assim como na frase porque se em tais casos houverem de mandar buscar informações à Índia ou ao Brasil, primeiro que elas cheguem, se lhes ponha remédio, não haverá Brasil nem Índia (p. 113, BL). Quem haveria de mandar buscar informações são outros, os que estão acima dos governadores, ou os que buscam justiça.

É possível, de certa forma, tornar mais preciso o conceito de indefinição. A opção estilística e finamente irônica de Vieira mostra que é possível, intencionalmente, deixar indefinido o agente de uma ação (ele não diz quem se empenha tanto em furtar), embora seja identificável o campo de atuação desse(s) agente(s) e onde ele(s) pode(m) ser procurado(s) - entre os governares das províncias.

Observe-se ainda que, nessa mesma situação, Vieira utiliza em três momentos o pronome pessoal de terceira pessoa do plural, explícito, nas frases da página 111 que transcrevo a seguir: E quando eles têm conjugado assim toda a voz ativa, e as miseráveis províncias suportado toda a passiva (p. 110, BL); eles, como se tiveram feito grandes serviços, tornam carregados de despojos e ricos (p. 110, BL); Pois, se eles furtam com os ofícios (p. 111, BL).

Vê-se que o exemplo do século XVII já evidencia o fato que a intuição dos falantes há muito reconhece: frases como Quebraram a vidraça ou Eles quebraram a vidraça, sem sujeito expresso ou implícito, são equivalentes. O sujeito é eles, mas este pronome é não-dêitico, não se refere a ninguém em particular.

A passiva analítica sem agente também está presente na obra de Vieira. Há um total de trinta e oito ocorrências. Exemplos: Estavam publicadas as cortes do reino para quinze de setembro (p. 3, SA); muito a propósito vem Santo Antônio hoje representado em uma cidade (p. 4, SA); e é o pensamento tão tirado da costa de Adão (p. 10, SA); que pareça o dinheiro achado, e não perdido (p. 12, SA)

No entanto, a passiva sintética é, de longe, a mais presente dentre as formas de indeterminação de agente nos sermões analisados de Vieira. Vejamos alguns exemplos:

- Na Igreja de Santo Antônio se costumam cá fazer as eleições dos procuradores de cortes (p. 4, SA)
- e também no céu se fez a eleição (p. 4, SA)
- E quem se podia presumir mais fiel, e ainda mais estadista que Santo Antônio? (p. 5, SA)
- era mais conveniente sua assistência em Cortes que se fizessem em Castela (p. 5, SA)
- para com os seus é conservador do que se pode perder (p. 5, SA)
- declara-se a inocência do condenado (p. 5, SA)
- Para com os estranhos é recuperador das coisas perdidas, para com os seus é também preservador de que se não percam. (p. 6, SA)

O total de ocorrências impressiona: duzentas e oitenta e oito. Há um maciço domínio dessa estrutura na indicação da indeterminação, nos discursos de Vieira que foram analisados. Vamos lembrar que no texto medieval há uma única ocorrência desta forma de passiva (e de indeterminação), em *Os Lusíadas* ocorrem oitenta frases que a apresentam, e no Tratado de Gândavo cinquenta e duas. A utilização ascendente da passiva sintética é um fato.

Só para registrar, há ocorrências também de frases que poderiam constituir passiva sintética com agente: E reparta-se por todos o peso (p. 15, SA); [o cetro de Portugal] se perpetue em durações eternas por um rei já com dois sucessores (p. 33, SR). As duas frases oferecem dupla possibilidade de análise, pois a preposição por poderia ser substituída por entre, na primeira, e por através, na segunda. Assim sendo, não haveria agente da passiva, haveria adjunto adverbial. Expressões de uso geral também aparecem no texto de Vieira. Vejamos alguns exemplos:

- e que fizeram os circunstantes? (...) diz o texto que tiraram todas as capas dos ombros, fizeram delas um trono, assentaram nele a Jeú e disseram: viva el-rei! (p. 42, SR)
- começaram todos a aclamá-lo (p. 42, SR)
- e que fizeram os que estavam pelas ruas? (...) tiraram também as capas, e as lançaram por terra (p. 42, SR)
- E se Deus compôs assim as armas de Portugal, se Deus não achou inconveniente nesta união, que muito é que o imaginasse assim um homem? (p.56, SR)
- O pequeno achará seus ossos em um adro sem pedra nem letreiro (p. 64, DA)
- O grande, pelo contrário, achará seu corpo embalsamado em caixas de pórfiro (p. 64, DA)
- Homem cego, homem precipitado, sabes o que fazes? (p. 84, DA)
- [os reis prudentes] não admitem em seu serviço, nem fiam a sua fazenda a sujeitos que lha possam roubar (p. 119, BL)

Palavras definidas espacialmente, como os circunstantes, pronomes indefinidos usados de modo absoluto (todos) ou especificados (os que estavam nas ruas), um homem em sentido exemplar ou metonímico, a palavra homem seguida de especificação, a palavra abstrata sujeitos. E ainda termos complementares, em sentenças vizinhas (o grande, o pequeno). Há uma grande variedade de empregos. Aparece a palavra homem, no uso metonímico que, na língua, sempre indicou criatura humana em geral.

Ocorre já nessa época o chamado símbolo de indeterminação do sujeito, o pronome se, indicando agente desconhecido, com verbos transitivos indiretos ou intransitivos:

- Nas primeiras tratou-se de remediar o reino (p. 9, SA)
- razão é que por todas as vias se acuda à conservação (p. 11, SA)
- A todos é coisa muito doce o receber; mas, tanto que se fala em dar, grandes amarguras! (p. 25, SA)
- e acautelar-se de perigos impossíveis é providência (p. 51, SR)
- vive-se como em Turquia (p. 85, DA)

São doze ocorrências. Três das ocorrências são com o verbo tratar, o que nos poderia levar a pensar numa expressão cristalizada. Prefiro, no entanto, aceitar a hipótese de que o uso de se, inicialmente restrito aos verbos ditos transitivos diretos, tenha se estendido também aos outros verbos. A palavra se assume, assim, a clara indicação de que, sendo um termo largamente usado para indicar indefinição de agente, passa a transpor a barreira dos limites sintáticos em que se achava confinado: usado inicialmente com verbos que admitem passiva, estende aos poucos seu emprego e passa a ser usado com quaisquer verbos que admitam agente. (Confira-se, a esse respeito, Naro, 1976, apud Jairo Nunes, 1991.)

Dentro dessa hipótese, os casos temáticos têm poder de mudança, pois podem alterar uma configuração sintática.

O verbo no infinitivo também é empregado por Vieira, em muitas instâncias. Alguns exemplos:

- é necessário curar os remédios (p. 9, SA)
- importa agora remediar os remédios (p. 9, SA)
- para ofender gravemente a Deus (p. 13, SA)
- e ir ao inferno (p. 13, SA)
- Não é necessária filosofia para saber (...) (p. 16, SA)
- para remir a liberdade pública (p. 22, SA)
- Fazer, e não conservar, é insuficiência de causas segundas inferiores (p. 26, SA)

São cinqüenta e nove ocorrências de indeterminação com verbo no infinitivo, o que constitui uma presença expressiva da modalidade.

Um exemplo, que não foi assinalado acima, deve ser reportado. Trata-se da frase Caminhava o pai de Santo Antônio a degolar (AS, p. 5). O texto nos permite estabelecer que não era o pai de Santo Antônio que ia degolar alguém, e sim que ia ser degolado. Este uso do verbo no infinitivo nos levaria a pensar, ao menos nos

dias de hoje, em voz ativa. Aqui no exemplo, porém, ocorre passiva. Nesse uso passivo, temos agente indeterminado. Como não há outros exemplos nos textos analisados, apenas registro o caso, sem incluí-lo em nenhuma das listas.

Nos textos analisados, percebemos que em várias instâncias o uso dos pronomes pessoais era não-dêitico, no sentido de não se referir a uma das pessoas do discurso ou à não-pessoa, como quer Benveniste (1995 [1966], p. 250-251), mas a uma pessoa hipotética ou indeterminada. Tal emprego não-dêitico foi também mencionado por Ikeda (1980, p. 116, Indeterminação com você) e por Menon (1994, p. 204, 215, 232). Os exemplos seguintes foram coletados nos textos de Vieira.

- Tão ásperos podem ser os remédios, que seja menos feia a morte que a saúde. Que me importa a mim sarar do remédio, se hei de morrer do tormento? (p. 11, SA)
- do corsário do mar posso me defender (p. 111, BL)
- aos da terra não posso resistir (p. 111, BL)
- do corsário do mar posso fugir (p. 111, BL)
- dos da terra não me posso esconder (p. 111, BL)
- Mas que seria se não só víssemos os ladrões conservados nos lugares onde roubam, senão, depois de roubarem, promovidos a outros maiores? (p. 118, BL)

Os primeiros exemplos apresentados contêm um uso para muitos discutível: a primeira pessoa do singular se presta a um uso não-dêitico? A leitura não nos deixa dúvida, entretanto: o eu-retórico abstrai-se, nesse momento, da pessoa em si, mas reporta uma dúvida ou um paradoxo inerente à condição humana. O caso do último exemplo é o mesmo: a primeira pessoa do plural é empregada para referir-se a uma situação hipotética e não designa o falante e o ouvinte, nem o falante e mais alguém.

Vieira emprega muito o recurso da apóstrofe, dirigindo-se aos ouvintes para obter adesão. Usa nesses casos a pessoa vós e, em algumas instâncias, a terceira pessoa do plural, mas não há uso não-dêitico: sempre fala aos ouvintes, reais ou virtuais.

6. Resultados

Os resultados obtidos permitem a seguinte tabela:

Ocorrências de indeterminação nos três textos, em números absolutos e percentuais

	<i>Demanda</i>	<i>Lusíadas</i>	<i>Sermões</i>
Verbo na 3ª pess. pl.	30 ocorrências – 33,3%	18 ocorrências – 10,5%	62 ocorrências – 13,3%
Passiva sem agente	28 31,1%	36 20,9%	38 8,2%
Passiva sintética	1 1,1%	80 46,5%	288 61,8%
Se indeterminador		1 0,6%	13 2,8%
Infinitivo	3 3,4%	18 10,5%	59 12,7%
Expressão generalizante	28 (<i>Homem</i>) 31,1%	19 (<i>a gente</i>) 11,0%	
Pronome não-dêitico			6 1,2%
Soma dos percentuais	100%	100%	100%

O que se vê é a persistência de alguns recursos de indeterminação – verbo na terceira pessoa do plural, passiva sem agente – e o crescimento espantoso da passiva sintética, enquanto surge timidamente o se indeterminador. Vemos que o termo gramaticalizado homem deixa completamente de ser usado. Parece que outra expressão generalizante assume seu lugar, a gente, mas sabemos que esse termo vai sofrer outro processo

de gramaticalização e assumir o lugar de primeira pessoa do plural (v. os trabalhos já citados de Omena, 1996; Lopes, 1986 e 2002; Menon, 1994; Zilles, 1998, 2003, 2005; Borges, 2004).

7. Considerações finais

Parece lícito concluir que a palavra homem, gramaticalizada, atendendo a uma rígida formulação sintática, concorreu no período arcaico com outras formas de indeterminação gramaticais, como a construção com terceira pessoa do plural e a passiva sem agente. Estas últimas persistiram, ela não. Podemos afirmar que a palavra homem, gramaticalizada, não indica indeterminação por si, mas depende de uma estruturação sintática concomitante. Nesse período arcaico a morfologia dos pronomes, especialmente demonstrativos e possessivos, ainda passava por muita reformulação, havendo emprego concomitante de várias formas concorrentes, conforme ensinam Mattos e Silva (1989) e Machado Filho (2004). É claro que a variação persiste hoje em dia, mas não com as formas que então vigoravam, e que caíram definitivamente em desuso.

Para conferir maior credibilidade à nossa hipótese, vale mencionar Galves (2001, p. 238), que faz ver a presença, no período arcaico, da ordem V2 (o verbo em segundo lugar na frase, após um elemento adverbial, estando o sujeito posposto ao verbo). O português europeu, segundo Galves (p. 240) deixou de ser uma língua V2. A autora confere o mesmo atributo ao português brasileiro (p. 243), aliás língua “orientada para o tópico”, como diz a autora mencionando o trabalho pioneiro de Pontes (1981, apud Galves 2001).

Como vimos, a palavra gramaticalizada homem, assinalando indeterminação, tinha posição fixa na frase, sempre em segundo lugar ou mais adiante, e a perda dessa posição sintaticamente fixa deve ter ocasionado a perda também da palavra com essa acepção, visto que já existia a concorrência com outras estruturas.

Assim como surgiu cavaleiro como uma possível subdivisão do universo indeterminado de homem, no português medieval, no século XVI o termo genérico (a / as) gente(s) pode ser visto como possuidor de subdivisões possíveis através dos determinantes ou da adjetivação. Isso requer, entretanto, mais estudo.

O que mais chama a nossa atenção é a ascensão da passiva sintética como estrutura sintática preponderante a indicar indeterminação. Observação, aliás, já feita por Oliveira (2004, p. 169). Extraordinário crescimento, em detrimento das complexas estruturas exigidas por homem, no texto medieval. Ficam abandonadas tais construções com homem, com pontos tangenciais possíveis dentro do uso metonímico que dele até hoje se faz.

Um ponto comum aos três momentos é a presença de elementos gramaticais (como pronomes) e lexicais a indicar, também, indeterminação. A estrutura sintática específica é uma das opções, apenas.

Indubitavelmente o século XVII elege a passiva sintética como a marca de indeterminação mais utilizada.

Todas as conclusões são, entretanto, prematuras. Faz parte do projeto a investigação de textos contemporâneos aos que analisamos, mas de outros gêneros. Com a presença de outros corpora, será possível chegar a conclusões mais objetivas. Também faz parte do projeto a investigação de séculos posteriores, até chegar à época contemporânea.

No português contemporâneo, a utilização de o cara, o nego e termos equivalentes parece circunscrita a fenômenos de ordem pragmático-cultural, com interveniência de elementos sociais. Demandando análise futura, esse caso pode trazer novas luzes para o emprego de expressões gramaticalizadas de indeterminação. À primeira vista, estas expressões contemporâneas não parecem sofrer restrições sintáticas quanto à ordem em que aparecem na frase, e sim quanto a tempo verbal. Mas isso é motivo de outro estudo.

8. Referências bibliográficas

ALI, Manuel Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: Ed. UNB, 2001 [1921].

AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa*. São Paulo: Loyola, 2000.

BARRETO, Mário. *Fatos da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1982 [1916].

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 28.ed. São Paulo: Nacional, 1993.
- BESSA FREIRE, J. R. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio: Atlântica/UERJ, 2004.
- BORGES, Paulo Ricardo S. *A gramaticalização de 'a gente' no português brasileiro: análise histórico-social-lingüística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Tese de Doutorado)
- CAMARA, Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários* n. 19, nov. 1997 – pp. 25-44. Salvador: Universidade da Bahia, 1997 a.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Língua falada e gramaticalização. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, n. 1, pp. 107-120. São Paulo: Humanitas – FFLCH/USP, 1997 b.
- CEGALLA, Domingos P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 41.ed. São Paulo: Nacional, 1998.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio: Nova Fronteira, 1985.
- ELIA, Sílvio. Prefácio. MAGNE, A. *O mais antigo documento da língua francesa*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística histórica*. São Paulo: Parábola, 2005.
- GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.
- GRUNDY, Peter. *Doing Pragmatics*. London/New York: Edward Arnold, 1995.
- HAUY, A. B. *História da língua portuguesa I: séc. XII, XIII, XIV*. São Paulo: Ática, 1989.
- HEINE, B. Grammaticalization as an explanatory parameter. PAGLIUCA, William (ed.). *Perspectives on Grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin, 1994.
- HOPPER, P. J. e TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1993.
- IKEDA, Sumiko Nishitani. A função do “se”. *Cadernos PUC* n. 5, março de 1980. São Paulo: EDUC-PUC/Cortez, 1980.
- INL – Instituto Nacional do Livro. *Tratado da Província do Brasil*, de Pêro Magalhães de Gândavo, edição preparada pelo professor Emmanuel Pereira Filho. Ministério de Educação e Cultura, 1965.
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1985.
- LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- LOPES, C. S. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português*. Madrid: Iberoamericana, 1986.
- LOPES, C. S. O percurso de a gente em tempo real de longa duração. MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro – vol. II, tomo 1*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001.

- LUFT, Celso Pedro (1979). *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Globo.
- MACHADO Fº, Américo V. L. Três documentos medievais trecentistas em confronto: indícios paleográficos e lingüísticos recorrentes e divergentes nos manuscritos Serafim da Silva Neto. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*, vol. 6. São Paulo: FFLCH – USP/Humanitas, 2004.
- MAGNE, Augusto. *A demanda do Santo Graal*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.
- MATEUS, Maria Helena M. *et alii*. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- MATTHEWS, P. H. *Oxford concise dictionary of linguistics*. New York, Oxford University Press, 1997.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro – vol. II: primeiros estudos*, tomo 1. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Brasília: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Novos indicadores para os limites do português arcaico. *Revista da ABRALIN*, vol. III, n. 1 e 2, p. 259-268, julho e dezembro de 2004.
- MATTOS E SILVA, R. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MEGALE, Heitor. *A demanda do Santo Graal: das origens ao códice português*. São Paulo: Ateliê Editorial/FAPESP, 2001.
- MENON, Odete Pereira da Silva. *Analyse sociolinguistique de l'indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil, à partir des données du NURC/SP*. Paris, Université de Paris VII – Département de Recherches Linguistiques, 1994. (Thèse de Doctorat)
- NUNES, Jairo. Se apassivador e se indeterminador: o percurso diacrônico no Português Brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 20: 33-58. Campinas: UNICAMP, 1991.
- NUNES, Irene Freitas. A demanda do Santo Graal. In: MEGALE, Heitor e OSAKABE, Haquira (Orgs.). *Textos medievais portugueses e suas fontes*. São Paulo: FFLCH – USP/Humanitas, 1999.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica*. 8.ed. Lisboa: Clássica, 1975 [1906].
- OLIVEIRA, Mariana F. de. A voz passiva no período arcaico do português e inícios do moderno. In: COSTA, Sônia B. B.; MACHADO Fº, Américo V. L. (Orgs.) *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004.
- OMENA, Nelize Pires de Oliveira. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. SILVA, Giselle M. O.; SCHERRE, Maria Marta P. *Padrões sociolingüísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Lingüística e Filologia, UFRJ, 1996.
- PALMIERE, Denise T. L. *Diferenças individuais na aquisição dos dêiticos por um casal de gêmeos*. Campinas: UNICAMP/IEL, 1996. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, Gredson. Questões sobre a “indeterminação” do sujeito. In: Revista Inventário. 5. ed., mar/2006. Disponível no web world wide em: <http://www.inventario.ufba.br/05/05gsantos.htm>.

SCHERRE, Maria Marta P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.

SILVA DIAS, Augusto Epiphânio. *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Clássica, 1970 [1889].

SILVEIRA, Álvaro Sousa da. *Lições de português*. Rio de Janeiro: Livraria Portugal Ed., 1983 [1921].

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VILELA, Mário e KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.

ZILLES, Ana Maria S. Grammaticalization of *a gente* in Brazilian Portuguese. University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics, vol. 8.3, 2002.

ZILLES, Ana Maria S. The development of a new pronoun: the linguistic and social embedding of *a gente* in Brazilian Portuguese. Language Variation and Change. Cambridge, v. 17, n. 1, p. 19-53, jan. de 2005.

ZILLES, Ana Maria S. O jeitinho brasileiro de falar português. Biblioteca Entre Livros. São Paulo: Duetto, ano 1, n. 4, 2006. p. 72-75.